
	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

## Sumário

1.	OBJETIVO .....	3
2.	ESCOPO .....	3
3.	RESPONSABILIDADES .....	4
4.	APLICAÇÃO .....	5
5.	REFERÊNCIAS .....	5
6.	SIGLAS E DEFINIÇÕES .....	5
7.	POLÍTICA .....	6
7.1.	Classificação das pessoas analisadas .....	7
7.2.	Sinais de alerta.....	8
7.3.	Análise de antecedentes.....	10
7.4.	Prazos .....	12
7.5.	Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações .....	13
7.6.	Treinamentos.....	13
7.7.	Disposições finais .....	13
8.	ANEXOS .....	13

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

## 1. OBJETIVO

Esta Política tem como objetivo estabelecer as condutas exigidas na atuação de todos os Colaboradores, Terceiros que se relacionam com o IBP e de todas as pessoas que representam, direta ou indiretamente, os interesses do IBP de modo a assegurar a integridade e regularidade de todas as atividades conduzidas pelo IBP.

A Política objetiva assegurar que os Associados e Terceiros contratados pelo IBP estejam comprometidos com a ética e a transparência e adotem uma política de tolerância zero à corrupção. Os procedimentos de Análise de Antecedentes e Avaliação Prévia também devem ser aplicados aos membros da Alta Administração do IBP e às Entidades Beneficiárias de doação e patrocínio.


Esta Política estabelece diretrizes para toda contratação, remunerada ou não, de serviços e aquisição de materiais de consumo e/ou bens permanentes para fornecimento, de uma só vez ou parceladamente, com a finalidade de suprir o IBP com os materiais e serviços necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Esta Política se aplica ainda à verificação de propositura de novas associações. Garantindo o direito Constitucional de livre associação dos novos proponentes a um ambiente associativo probo, íntegro e alinhado com as melhores práticas de mercado.

## 2. ESCOPO

Em determinadas circunstâncias, é possível que o Instituto e seus Colaboradores sejam responsabilizados por infrações cometidas por Terceiros, ainda que sem o seu conhecimento ou sem o seu consentimento.

Esta Política também visa impedir que as contratações sejam influenciadas por interesses pessoais de um Colaborador, Terceiro ou pessoa relacionada, e garante o respeito à concorrência, assegurando condições iguais para todos os fornecedores, sem favorecimentos, em observância às orientações do Código de Ética do IBP sobre conflito de interesses e à **Política de Compras PO-CT-05**.


	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

Por esta razão, é imprescindível a realização do processo de Análise de Antecedentes de Terceiros (“*Background Check*”) previamente à contratação, conforme detalhado na supracitada Política e na forma do especificado abaixo.

Além disto, em contratações de Terceiros enquadrados na Categoria de Alto Risco ou enquadrados na Categoria de Baixo Risco cuja avaliação identificou Sinais de Alerta, é importante que a Análise de Antecedentes seja refeita periodicamente.

### 3. RESPONSABILIDADES

- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas;
- **Associados:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas;
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas;
- **Gerência Jurídica:** (I) Conduzir a avaliação, quando necessário; (II) Manter esta Política atualizada; (III) Divulgar esta Política, com o apoio da Gerência de Recursos Humanos;
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política e pela condução da Avaliação Básica da Alta Administração do IBP, com auxílio da Gerência Jurídica;
- **Área de Compras:** (I) Conduzir a Avaliação Básica do Terceiros em contratação pelo IBP, com auxílio da Gerência Jurídica;
- **Gerência de Comunicação e Relacionamento com Associados:** (I) Conduzir a Avaliação Básica de Associados, com auxílio da Gerência Jurídica.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.

	Código: PO-JD-08	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 29/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

#### 4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, do Associado que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta Política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.


Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política, deverá consultar o seu Gestor e a Gerência Jurídica.

#### 5. REFERÊNCIAS

- FM-JD-14 - Mapeamento de Terceiros
- FM-JD-23 - Lista de Documentos
- IT-JD-01 - Roteiro de Avaliação Básica
- IT-JD-02 - Roteiro de Avaliação Avançada
- PO-CT-05 - Política de Compras
- PO-JD-04 - Política de Anticorrupção
- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP

#### 6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Alta Administração do IBP:** Membros da Assembleia; membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e demais conselhos; membros dos Comitês Executivos; Presidência; e todos os Diretores, a quem devem ser aplicados os procedimentos de Análise de Antecedentes;
- **Análise de Antecedentes de Terceiros (“Background Check”):** Pesquisa de cadastros e certidões públicos, incluindo verificação fiscal, busca em cadastros de empresas punidas e

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		


inidôneas e busca, na internet, de notícias relevantes sobre a reputação do Terceiro, Associado, membro da Alta Administração ou Entidade Beneficiária de doação ou patrocínio;

- **Conflito de Interesses:** situações em que os interesses do Instituto entram em conflito com os interesses do Colaborador, inclusive de Pessoas Próximas e Familiares;
- **Cortesias:** brindes, presentes, viagens, refeições e entretenimento;
- **Familiares:** cônjuge, companheiro ou companheira, filho ou filha, irmão, irmã, pai, mãe, padrasto, madrastra, enteado, enteada, avô, avó, neto, neta, cônjuge de neto ou de neta, ou qualquer outro parente que resida com o indivíduo em questão;
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;
- **Pessoa Analisada:** Terceiro, membro da Alta Administração do IBP ou Associado alvo da Análise de Antecedentes e/ou Avaliação Prévia nos termos da presente Política;
- **Pessoa Exposta Politicamente (PEP):** pessoa que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiras, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo;
- **Pessoas Próximas:** amigos próximos, namorados, agregados (sogros, noras, genros, cunhados etc.);
- **Success fee:** remuneração do valor trabalho e sua precificação em determinadas circunstâncias, baseadas em metas;
- **Terceiros:** toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros.

## 7. POLÍTICA

### Regra Geral

Antes da contratação de qualquer membro da Alta Administração ou formalização de relacionamento com Associados ou Entidades Beneficiárias de doação e patrocínio, o IBP deve avaliar a sua reputação, idoneidade e qualificação e classificá-lo de acordo com os riscos que possa representar.

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

O IBP também deverá avaliar, antes da contratação, conforme descrito na Política de Compras.

A avaliação tem o objetivo de analisar:

- O grau de dependência ou interação com a Administração Pública, relacionado às atividades da Pessoa Analisada;
- Se há conflitos de interesses relacionados à contratação ou relacionamento com o Terceiro, Associado, membros da Alta Administração do Instituto ou Entidade Beneficiária de doação ou patrocínio;
- Os valores envolvidos na contratação;
- A natureza da transação, buscando identificar aquelas que deem origem a riscos maiores de infrações às normas do Programa de *Compliance* do IBP ou que envolvam, diretamente, órgãos públicos;
- Informações sobre a existência de qualquer evidência ou indício de que a contratação do Terceiro ou relacionamento com o Associado envolva riscos para o IBP ou que o terceiro não possua os requisitos de elegibilidade para ingresso ou ser contraparte do IBP.


#### 7.1. Classificação das pessoas analisadas

Para fins das averiguações acima recomendadas, as Pessoas Analisadas estão divididas em dois grupos, de acordo com as funções a serem desempenhadas: Alto Risco e Baixo Risco.

##### a) Categoria de Alto Risco:

Integram esta categoria as Pessoas Analisadas que o Instituto contrata para fornecer bens, prestar serviços ou agir em seu nome, interesse ou benefício, e cuja execução do contrato possa envolver atividades de contato direto ou indireto com o poder público, tais como, mas não limitadas às seguintes:

- Atividades relacionadas à obtenção de licenças para construção, reforma e/ou funcionamento do Instituto;

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

- Atividades relacionadas à participação e/ou representação em licitações públicas ou perante órgãos públicos, inclusive tribunais judiciais, arbitrais ou qualquer instância jurisdicional administrativa; e
- Consultorias que envolvam relacionamentos com entidades públicas.

Serão necessariamente enquadrados na categoria de alto risco as Pessoas Analisadas das seguintes categorias profissionais: (a) despachantes; (b) advogados; (c) consultores; (d) pessoas físicas ou empresas individuais; (e) profissionais que recebam procuração para agir em nome do Instituto; e (f) aqueles contratados fora dos padrões usuais (por exemplo, sem concorrência quando não referidas às compras diretas, na forma da Política de Compras).

Também serão consideradas Pessoas Analisadas de Alto Risco os profissionais cuja remuneração se dê através de alguma das modalidades de pagamento abaixo descritas: (a) por comissão; (b) antecipada; (c) por êxito/*success fee*; (d) feito através de pessoa física ou jurídica diferente da empresa contratada; e (e) ou pagamentos feitos em país diverso ao da prestação dos serviços.


#### b) Categoria de Baixo Risco

Integram esta categoria as Pessoas Analisadas que não estejam enquadrados na categoria de Alto Risco, conforme alínea (a) acima, e que, em pesquisa prévia, não fique comprovada a existência de Sinais de Alerta, inclusive associados ou candidatos à associados.

### 7.2. Sinais de alerta

A Gerência Jurídica auxiliará a área de Compras, a Gerência de Recursos Humanos e a Gerência de Comunicação e Relacionamento com Associados na condução da Análise de Antecedentes de Terceiros, membros da Alta Administração e Associados, respectivamente, a identificar situações que configuram Sinais de Alerta, tais como:

- Envolvimento (ou potencial envolvimento) em qualquer fato ou circunstância que indica atos de corrupção ou qualquer tipo de violação legal (ex. envolvimento em investigação movida por autoridade pública e/ou notícia depreciativa);

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

- Tentativa de evitar ou impedir quaisquer das etapas de Análise de Antecedente ou Avaliação Prévia previstas nesta Política ou impõe atrasos injustificados para responder ao questionário ou atender outras solicitações do Instituto;
- Se evita comunicações por escrito;
- Se foi indicado por Agentes Públicos ou Pessoa Exposta Politicamente;
- Se não possui referências no mercado; e
- Se é, de alguma forma, relacionado a Agentes Públicos ou Pessoas Politicamente Expostas que estão em condições de influenciar a tomada de decisão desses indivíduos.

Com relação a Terceiros, especificamente, a Gerência Jurídica e a área de Compras deverão se atentar também às seguintes situações:


- pedidos de comissões em situações atípicas;
- pagamentos destinados a Terceiros;
- pagamentos não discriminados contratualmente ou de valores altos não condizentes com o serviço prestado;
- relutância em apresentar um relatório das atividades desenvolvidas.

Caso a Pessoa Analisada apresente um ou mais Sinais de Alerta acima descritos, recomenda-se que a área responsável (Compras, RH ou Relacionamento com Associados) reúna as evidências para o envio e reporte à Gerência Jurídica para que avaliem, conjuntamente, os riscos da contratação e/ou relacionamento, para fins de preservação do Instituto.

A área responsável e a Gerência Jurídica decidirão sobre a contratação ou rescisão contratual de Terceiro, ou não admissão como Associado, ou membro da Alta Administração. Caso a Gerência Jurídica e a área responsável não se julguem aptas para decidir sobre a aprovação ou reprovação da Pessoa Analisada, a questão deverá ser encaminhada para consulta ao Comitê de Ética e/ou à Diretoria Executiva Corporativa para deliberação conjunta.

Caso se decida por seguir com o relacionamento, contratação ou execução do contrato previamente celebrado, a Gerência Jurídica poderá recomendar medidas para mitigar os riscos



	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

envolvidos na contratação e pagamento do Terceiro, tais como exigência de apresentação de documentação comprobatória da efetividade do Programa de Compliance do Terceiro ou Associado; e exigência de adesão ao Programa de Compliance do IBP; dentre outras.

Uma vez aprovada a contratação do Terceiro, o gestor contratante deverá informar ao departamento de Contas a Pagar a condição de Alto Risco do Terceiro e/ou o Sinal de Alerta identificado, bem como as recomendações da Gerência Jurídica.

### 7.3. Análise de antecedentes

#### a) Pessoa Analisada enquadrada na Categoria de Baixo Risco


A Gerência Jurídica deverá conduzir uma Análise Básica de reputação e idoneidade da Pessoa Analisada para classificação do risco que representam ao IBP. Esta pesquisa deve ser feita preferencialmente antes do início dos contatos com as Pessoas Analisadas ou, no caso de Terceiro, no máximo durante o processo de concorrência na fase de apresentação de propostas.

A Análise Básica envolve requerer à Pessoa Analisada a apresentação da documentação básica, conforme o Formulário **FM-JD-23 - Lista de Documentos**.

Mediante as informações obtidas da Pessoa Analisada, a área responsável deverá realizar uma pesquisa no buscador Google com o nome fantasia e razão social da empresa, principais sócios e dirigentes, e outras fontes, conforme roteiro de pesquisa previsto na Instrução **IT-JD-01 - Roteiro de Avaliação Básica**. Os resultados da Análise Básica deverão ser conduzidos conforme a Instrução **IT-JD-01 - Roteiro de Avaliação Básica**, com registro de evidências.

Na hipótese de os resultados da Análise Básica confirmarem que a Pessoa Analisada representa Baixo Risco, a área responsável poderá simplesmente prosseguir com a contratação ou formalização do relacionamento com a Pessoa Analisada.

Caso os resultados da Análise Básica demonstrem que a Pessoa Analisada representa Alto Risco, a área responsável poderá: não contratar ou formalizar relacionamento com a Pessoa Analisada e

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

excluí-lo do processo de seleção; ou solicitar à Gerência Jurídica Análise Avançada, caso a exclusão não seja possível ou desejável, acompanhado de justificativa.

Se a Gerência Jurídica e a área responsável identificar que a Pessoa Analisada se enquadra na categoria de Alto Risco e não se julgar apta para decidir sobre a aprovação ou reprovação da Pessoa Analisada, a questão deverá ser encaminhada para consulta ao Comitê de Ética e/ou à Diretoria Executiva Corporativa para deliberação conjunta.


b) Pessoa Analisada enquadrada na Categoria de Alto Risco ou, ainda que enquadrados na Categoria de Baixo Risco, tenham sido identificados Sinais de Alerta

Além do preenchimento, pela Pessoa Analisada, do Formulário **FM-JD-14 - Mapeamento de Terceiros** e da Análise de Antecedentes Básica **IT-JD-01 - Roteiro de Avaliação Básica**, a Gerência Jurídica fará uma Análise de Antecedentes Avançada em fontes de dados públicas disponíveis online, de acordo com a **IT-JD-02 - Roteiro de Avaliação Avançada** (Roteiro de Pesquisa: Análise de Antecedentes Avançada) e poderá, ainda, requerer o preenchimento do Formulário **FM-JD-14 - Mapeamento de Terceiros**, bem como solicitar outros documentos complementares.

A Gerência Jurídica e a área responsável poderão, a seu critério, realizar outras diligências que julgarem necessárias, como entrevistas, visitas *in loco*, verificação e conferência de informações obtidas nas Análises de Antecedentes Básica e Avançada junto a cartórios e outros órgãos públicos, entre outras.

A partir dos resultados apresentados pela **IT-JD-02 - Roteiro de Avaliação Avançada**, a área responsável poderá:

- Não contratar ou formalizar relacionamento com a Pessoa Analisada e excluí-lo do processo de seleção;
- Avaliar conjuntamente à Gerência Jurídica os riscos da contratação e/ou relacionamento, para fins de preservação do Instituto, caso a exclusão não seja possível ou desejável, acompanhado de justificativa.

	Código: PO-JD-08	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 29/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

A área responsável e a Gerência Jurídica decidirão sobre a contratação ou rescisão contratual de Terceiro ou não admissão como Associado ou membro da Alta Administração. Caso a Gerência Jurídica e a área responsável não se julguem aptas para decidir sobre a aprovação ou reprovação da Pessoa Analisada, a questão deverá ser encaminhada para consulta ao Comitê de Ética e/ou à Diretoria Executiva para deliberação conjunta.

Caso se decida por seguir com o relacionamento, contratação ou execução do contrato previamente celebrado, a Gerência Jurídica poderá recomendar medidas para mitigar os riscos envolvidos na contratação e pagamento do Terceiro, tais como exigência de apresentação de documentação comprobatória da efetividade do Programa de Compliance do Terceiro ou Associado; e exigência de adesão ao Programa de Compliance do IBP; dentre outras.


#### 7.4. Prazos

A Gerência Jurídica deverá concluir a Análise Básica de reputação e idoneidade da Pessoa Analisada, enquadrada na Categoria de Baixo Risco, em até 7 (sete) dias úteis.

Caso os resultados da Análise Básica demonstrem que a Pessoa Analisada representa Alto Risco e a área responsável e/ou a Gerência Jurídica opte por encaminhar o Formulário **FM-JD-14 - Mapeamento de Terceiros**, a Gerência Jurídica terá até 7 (sete) dias úteis para emitir seu parecer.

A Gerência Jurídica deverá concluir a Análise Avançada de reputação e idoneidade em até 7 (sete) dias úteis. Caso a Gerência Jurídica opte por realizar outras diligências (entrevistas, visitas *in loco* etc.) a Análise Avançada deverá ser concluída em até 10 (dez) dias úteis, considerando a brevidade no atendimento das solicitações pela Pessoa Analisada.

As análises de Antecedentes de Terceiros deverão ser refeitas sempre que reportados fatos novos relevantes. Podendo ser estabelecida periodicidade, a depender do regramento do programa de integridade e apontamento de risco ou relevância; ou antecipada caso o Instituto tome conhecimento do potencial envolvimento da Associada ou terceiro em algum fato que viole as

	<b>Código:</b> PO-JD-08	<b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2022	<b>Elaborado por:</b> Jurídico
	<b>Nº da Revisão:</b> 02	<b>Data da Última Revisão:</b> 29/11/2024	<b>Verificado por:</b> Planejamento e Qualidade
	<b>Área:</b> Jurídico e Compliance		<b>Aprovado por:</b> Diretoria Executiva
	<b>Título:</b>  <b>POLÍTICA DE ANÁLISE DE ANTECEDENTES</b>		

diretrizes da presente Política, os princípios e valores do Instituto refletidos no seu Código de Ética ou demais políticas internas do Instituto aplicáveis.

#### 7.5. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política, consulte seu Gestor e a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do site: <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, e-mail: [canaldeeticaibp@legaletica.com.br](mailto:canaldeeticaibp@legaletica.com.br), Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

#### 7.6. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

#### 7.7. Disposições finais

Essa Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

#### 8. ANEXOS

N/A